



RELATÓRIO DA CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA 2ª VARA DO TRABALHO DE BAGÉ E NO POSTO AVANÇADO DA JUSTIÇA DO TRABALHO DE DOM PEDRITO EM 15 E 16.09.2015

Aos 15 e 16 dias do mês de setembro de 2015, compareceu às sedes da 2ª Vara do Trabalho de Bagé e do Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Dom Pedrito a Excelentíssima Senhora **BEATRIZ RENCK**, Desembargadora Corregedora do Tribunal do Trabalho da 4ª Região, acompanhada do Assessor Jurídico da Corregedoria, Rodrigo Velleda Lazaro da Silva, e da servidora Vera Regina Salimen Agrello, para Correição Ordinária anual, nos termos legais e regimentais, conforme os autos do Processo Administrativo nº 0004572-41.2015.5.04.0000. A Desembargadora Corregedora e a sua equipe foram recebidas pelo Juiz Titular André Vasconcellos Vieira, pelo Diretor de Secretaria Abdel Latiff Abdel Nasser Furtado Ali, pelo Assistente-Chefe João Mauri da Luz Ferreira e pelos servidores lotados nessa Unidade Judiciária. Com base nas informações prestadas pelos Gestores, nos autos de processos analisados e nos dados oriundos dos sistemas disponibilizados a essa Corregedoria Regional, apurou-se o seguinte:

1 INFORMAÇÕES GERAIS

Data da instalação da Unidade Judiciária: 2ª Vara do Trabalho de Bagé em 24.10.2005 e Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Dom Pedrito em 12.03.1998.

Data da última correição realizada: 13.11.2014

Data de Instalação do PJe: 16.04.2015

Jurisdição da Vara do Trabalho: Aceguá, Bagé, Candiota, Dom Pedrito, Hulha Negra, Lavras do Sul, Pedras Altas, Pinheiro Machado. O Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Dom Pedrito encontra-se na área de jurisdição das Varas do Trabalho e abrange especificamente a cidade de Dom Pedrito.

1.1 Período Correcionado: de 1º.01.2014 a 16.09.2015

Diante da recente publicação do Provimento CGJT nº 02/2015 e das alterações por ele determinadas quanto ao tratamento estatístico dos dados de Varas Trabalhistas e Postos Avançados a elas vinculados, os dados constantes deste relatório apresentam informações administrativas e judiciárias conjuntas da Unidade Judiciária, 2ª Vara do Trabalho de Bagé e Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Dom Pedrito, relativas ao período correcionado, oriundas tanto do Sistema PJe quanto do e-Gestão.



2 ESTRUTURA FUNCIONAL

2.1 JUÍZES

2.1.1 Juizes Atuais

Juiz (a)	Situação	Período
André Vasconcellos Vieira	Juiz Titular	Desde 09.05.2013
Marcele Cruz Lanot Antoniazzi	Juíza Substituta lotada	Desde 08.04.2013

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 02.09.2015)

2.1.2 Regime de Lotação

Nos termos da Portaria nº 01/2015 da Corregedoria Regional deste TRT, a a 1ª e 2ª Varas do Trabalho de Bagé, às quais encontram-se vinculadas o Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Dom Pedrito, pertencem à 51ª circunscrição da jurisdição territorial da Justiça do Trabalho da 4ª Região. Essa circunscrição compreende 1 vaga de lotação, em regime compartilhado, atualmente ocupada pela Juíza Substituta **Marcele Cruz Lanot Antoniazzi**.

2.1.3 Juizes que Atuaram no Período Correcionado

Conforme informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 02.09.2015, o Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Dom Pedrito está vinculado às Varas do Trabalho de Bagé (1ª e 2ª).

No ano de 2014, o Posto Avançado foi atendido pelos Juizes Titulares e pelos Juizes Substitutos (Juíza Substituta lotada e Juizes Substitutos designados). No ano de 2015, o Posto Avançado foi atendido somente pela Juíza Substituta lotada, em regime compartilhado, **Marcele Cruz Lanot Antoniazzi**, até 15 de julho de 2015. A partir de agosto de 2015, passou novamente a ser atendido pelos Juizes Titulares e pelos Juizes Substitutos (Juíza Substituta lotada e Juizes Substitutos designados).

A tabela abaixo demonstra as atuações ocorridas na Unidade Judiciária ao longo do período correcionado.

	Juiz (a)	Período(s)	Situação/Motivo	Total
-	Marcele Cruz Lanot Antoniazzi	Juíza Substituta lotada, em regime compartilhado, desde 08.04.2013		
-	André Vasconcellos Vieira	Juiz Titular desde 09.05.2013		
1	Felipe Lopes Soares	21.01 a 05.02.2014	Atuou em razão do regime de lotação compartilhada com a 1ª Vara do Trabalho (Juíza Substituta lotada em Licença para Tratamento de Saúde)	15 dias



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

		10.03 a 03.08.2014	Atuou em razão do regime de lotação compartilhada com a 1ª Vara do Trabalho (Juíza Substituta lotada em licença-maternidade)	4 meses e 24 dias
		23.06 a 18.07.2014	Respondeu pela Unidade Judiciária em razão das férias do Juiz Titular (sem pauta J1)	26 dias
		13 e 14.08.2014	Atuou como Juiz Auxiliar	2 dias
2	Bárbara Fagundes	06.02 a 09.03.2014	Atuou em razão do regime de lotação compartilhada com a 1ª Vara do Trabalho (Juíza Substituta lotada em licença-maternidade)	34 dias
		24.02 a 09.03.2015	Respondeu pela Unidade Judiciária em razão das férias do Juiz Titular (sem pauta J1)	16 dias
3	Alessandra Casaril	20.08 a 22.08.2014	Atuou em razão da Licença para Tratamento de Saúde de Pessoa da Família (LTS) do Juiz Titular	3 dias

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 02.09.2015)

2.1.4 Afastamentos do Juiz Titular e da Juíza Substituta lotada durante o Período Correccionado

	Juiz (a)	Motivo	Dias de Afastamento	Total
Titular	André Vasconcellos Vieira	Férias	24.02 a 09.03.2014 23.06 a 18.07.2014 22.09 a 20.10.2014 18.02 a 01.03.2015 29.06 a 17.07.2015	100 dias
		Licença para Tratamento de Saúde de Pessoa da Família (LTS)	20 a 22.08.2014	3 dias
		Licença-nojo	01 a 08.09.2014	8 dias
Substituta lotada	Marcele Cruz Lanot Antoniazzi	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	21.01 a 03.02.2014	14 dias
		Licença-maternidade	04.02 a 02.08.2014	180 dias
		Férias	04.08 a 01.09.2014 07.01 a 05.02.2015 16.07 a 15.08.2015	90 dias

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 02.09.2015)



2.2 SERVIDORES

2.2.1 Servidores Lotados na Unidade Judiciária

Considerando o que consta no Provimento CGJT nº 02/2015 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, na recomendação contida na Ata de Correição Ordinária da CGJT realizada na 4ª Região em 2015, e ainda conforme os Processos Administrativos nº 0003511-48.2015.5.04.0000 e nº 0004510-98.2015.5.04.0000, restou determinado, dentre outros aspectos, que a lotação de pessoal ocorrerá exclusivamente em Vara do Trabalho quando na circunscrição houver Posto Avançado. Assim, os servidores anteriormente lotados em Postos Avançados vinculados à Vara única foram relatados na respectiva Vara, e os servidores lotados em Postos vinculados a Foro Trabalhista com mais de uma Unidade Judiciária, foram distribuídos proporcionalmente entre as Varas pertencentes àquele Foro. Desta forma, cada Posto Avançado funcionará com servidores lotados em Vara que estarão à disposição do Posto vinculado.

Apresenta-se na tabela a seguir a nova estrutura organizacional com lista de pessoal da 2ª Vara de Bagé indicando os servidores que atualmente estão à disposição do Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Dom Pedrito.

Servidores lotados na 2ª Vara do Trabalho de Bagé				
	Servidor (a)	Cargo	Função	Data de Exercício na Vara do Trabalho
1	Abdel Latiff Abdel Nasser Furtado	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Diretor de Secretaria (CJ3)	24.10.2005
2	Renata da Rosa Souza Ritt	Analista Judiciário - Área Judiciária	Assistente de Juiz Titular (FC05)	23.09.2013
-	Celestino Blanco Martinez Júnior	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente de Juiz Substituto (FC05)	28.03.2011
3	Cláudia Fernanda Nogueira de Nogueira	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente de Diretor de Secretaria (FC04)	25.06.2007
4	Alex da Fonseca Rosa	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Secretário de Audiência (FC03)	21.05.2007
5	Ihunis Paiva Huppés	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente (FC02)	26.10.2005
6	Mariângela de Freitas Sais Ferreira	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente (FC02)	31.10.2005



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

7	Lisiane Maria Martins Ferreira Mansur	Analista Judiciário - Área Judiciária	Assistente (FC02)	17.11.2006
8	Jerri Fernando Morel Paulo	Técnico Judiciário – Área Administrativa		31.10.2005
9	Aida Celina Guedes Vaz Corrêa	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	08.11.2005
10	Mário Dagoberto Marques Bispo	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	01.02.2006
11	Mauro Romário Soares Machado	Analista Judiciário - Área Judiciária	-	13.02.2013

Servidores lotados na 2ª Vara do Trabalho de Bagé à Disposição do Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Dom Pedrito

	Servidor (a)	Cargo	Função	Data de Exercício no Posto Avançado
12	João Mauri da Luz Ferreira	Técnico Judiciário – Área Administrativa – Especialidade Segurança	Assistente-Chefe de Posto (FC05)	02.03.2005
13	Luiz Gustavo Rodrigues Mattos	Analista Judiciário - Área Judiciária	-	14.07.2011

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 21.08.2015, alterada no dia da correição em razão da saída da servidora Lúcia Helena Saliba em 09.09.2015)

*Os servidores Celestino Blanco Martinez Júnior e Mauro Romário Soares Machado registram lotação anterior na Vara do Trabalho, de 23.01.2006 a 16.11.2006 e de 08.11.2005 a 15.11.2010, respectivamente.

2.2.2 Padronização da Estrutura de Pessoal – Resolução nº 63/CSJT

Processos Recebidos (Média Trienal dos anos de 2012, 2013 e 2014)*	Faixa Processual (Resolução nº 63/2010)	Lotação na Unidade Judiciária	Lotação Adequada (Resolução nº 63/2010)
1.401 processos	1.001 a 1.500	13 servidores	11 a 12 servidores

* Somatório das médias trienais de processos recebidos pela 2ª Vara do Trabalho de Bagé (1.163 processos) e os então distribuídos ao Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Dom Pedrito (238 processos).

De acordo com a Resolução nº 63/2010 do CSJT, que instituiu a padronização da estrutura organizacional e de pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus, com as alterações previstas nas Resoluções nº 77 e 83/2011, também do CSJT, o número atual de servidores da 2ª Vara do Trabalho de Bagé, incluídos os servidores anteriormente lotados



no Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Dom Pedrito, **excederia** o parâmetro previsto na referida norma.

Há que se ressaltar, no entanto: a) diante da publicação recente do Provimento CGJT nº 02/2015 determinando a relocação de servidores dos Postos Avançados nas Varas Trabalhistas da respectiva circunscrição e, b) do conseqüente e necessário retorno dos processos então distribuídos aos Postos Avançados para as respectivas Varas - que as faixas processuais e a adequação de lotação das Unidades Judiciárias constantes da Resolução CSJT nº 63/2010 e alterações posteriores, carecerão de análise. Nesse sentido, visando fazer frente aos dados administrativos e judiciários advindos da tomada em conjunto de informações de pessoal a partir do momento presente, buscar-se-á ajustar o dimensionamento da estrutura de pessoal à nova realidade imposta pela concentração de registro dos processos trabalhistas em Varas.

2.2.3 Afastamentos dos Servidores durante o Período Correcionado

Servidores lotados na 2ª Vara do Trabalho de Bagé			
Servidor (a)	Motivo	Nº de dias de Afastamento	Total (em dias)
Abdel Latiff Abdel Nasser Furtado	Curso ou Evento	8	8
Aida Celina Guedes Vaz Corrêa	Doença em Pessoa da Família	4	79
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	75	
Alex da Fonseca Rosa	Curso ou Evento	1	1
Celestino Blanco Martinez Júnior	Curso ou Evento	1	1
Cláudia Fernanda Nogueira de Nogueira	Curso ou Evento	7	10
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	3	
Ihunís Paiva Huppés	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	15	15
Jerri Fernando Morel Paulo	Doença em Pessoa da Família	2	2
Lisiane Maria Martins Ferreira Mansur	Curso ou Evento	1	17
	Doença em Pessoa da Família	1	
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	15	
Mariângela de Freitas Sais Ferreira	-	-	-



Mário Dagoberto Marques Bispo	Dispensa Médica	1	129
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	128	
Mauro Romário Soares Machado	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	4	4
Renata da Rosa Souza Ritt	Curso ou Evento	1	1
Servidores lotados na 2ª Vara do Trabalho de Bagé à Disposição do Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Dom Pedrito			
Servidor (a)	Motivo	Nº de dias de Afastamento	Total (em dias)
João Mauri da Luz Ferreira	Curso ou Evento	5	5
Luiz Gustavo Rodrigues Mattos	-	-	-

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 21.08.2015, alterada no dia da correição em razão da saída da servidora Lúcia Helena Saliba em 09.09.2015)

2.2.4 Movimentação de Servidores durante o Período Correccionado

Conforme consulta ao Sistema Recursos Humanos em 21.08.2015, verificou-se que não havia movimentação de servidores na Unidade Judiciária durante o período correccionado, tanto na 2ª Vara do Trabalho de Bagé quanto no Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Dom Pedrito. No entanto, no dia da visita correccional na Unidade, verificou-se a saída da servidora Lúcia Helena Saliba para ocupar a Direção de Secretaria da 1ª Vara da Comarca, em 10.09.2015, tendo permanecido na 2ª Vara por 2 anos e 3 meses, de 10.06.2013 a 09.09.2015.

2.2.5 Estagiários

Estagiários na 2ª Vara do Trabalho de Bagé			
	Estagiário (a)	Curso em Andamento	Período
1	Paola da Silva Pereira	Superior em Direito	01.04.2015 a 30.09.2015
Estagiários no Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Dom Pedrito			
	Estagiário (a)	Curso em Andamento	Período
1	Pablo Rocha Jardim	Superior em Direito	30.03.2015 a 29.09.2015

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 21.08.2015)



2.3 CAPACITAÇÃO

2.3.1 Capacitação do Juiz Titular e da Juíza Substituta lotada durante o Período Correccionado

Juiz (a)		Gestão Estratégica (em horas)	PJe (em horas)	Demais Cursos (em horas)	Total (em horas)
Titular	André Vasconcellos Vieira	-	-	8	8
Substituta lotada	Marcele Cruz Lanot Antoniazzi	-	12	49,5	61,5

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 02.09.2015 – a totalização da carga horária de capacitação não leva em consideração a data de vinculação do Magistrado nem sua permanência em uma Unidade Judiciária específica).

2.3.2 Capacitação dos Servidores durante o Período Correccionado

Servidores lotados na 2ª Vara do Trabalho de Bagé				
Servidor (a)	Gestão Estratégica (em horas)	PJe (em horas)	Demais Cursos (em horas)	Total (em horas)
Abdel Latiff Abdel Nasser Furtado*	-	67,8	17	84,8
Aida Celina Guedes Vaz Corrêa	-	20	80	100
Alex da Fonseca Rosa	-	28	105	133
Celestino Blanco Martinez Júnior	-	8	-	8
Cláudia Fernanda Nogueira de Nogueira	-	60	47	107
Ihunis Paiva Huppés	-	20	-	20
Jerri Fernando Morel Paulo	-	20	71	91
Lisiane Maria Martins Ferreira Mansur	-	20	48	68
Mariângela de Freitas Sais Ferreira	-	20	57,5	77,5
Mário Dagoberto Marques Bispo	-	20	30	50
Mauro Romário Soares Machado	-	20	45,5	65,5
Renata da Rosa Souza Ritt	-	28	30	58
Servidores lotados na 2ª Vara do Trabalho de Bagé à Disposição do Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Dom Pedrito				
Servidor (a)	Gestão Estratégica (em horas)	PJe (em horas)	Demais Cursos (em horas)	Total (em horas)
João Mauri da Luz Ferreira*	-	40	81	121
Luiz Gustavo Rodrigues Mattos	-	20	-	20

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 21.08.2015 – alterada no dia da correção em razão da saída da servidora Lúcia Helena Saliba em 09.09.2015 - a totalização da carga horária de capacitação não leva em consideração a data de lotação do servidor nem sua permanência em uma Unidade Judiciária específica).



* Gestores da Unidade Judiciária.

3 MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

3.1 ACERVO DE PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO

Situação	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 31.07)	Variação 2014-2015
Pendentes de finalização na fase de conhecimento*	1.522	1.514	-0,53%	1.751	15,65%
Pendentes de finalização na fase de liquidação**	337	522	54,90%	415	-20,50%
Pendentes de finalização na fase de execução***	1.481	1.531	3,38%	1.670	9,08%
Cartas precatórias e de ordem pendentes de devolução	43	48	11,63%	47	-2,08%
Total	3.383	3.615	6,86%	3.883	7,41%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.08.2015)

* Consideram-se finalizados, na fase de conhecimento, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso; b) arquivados definitivamente; c) com entrega definitiva dos autos à parte; d) com início da fase de liquidação ou de execução.

** Consideram-se finalizados, na fase de liquidação, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para liquidação; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais; d) com execução iniciada.

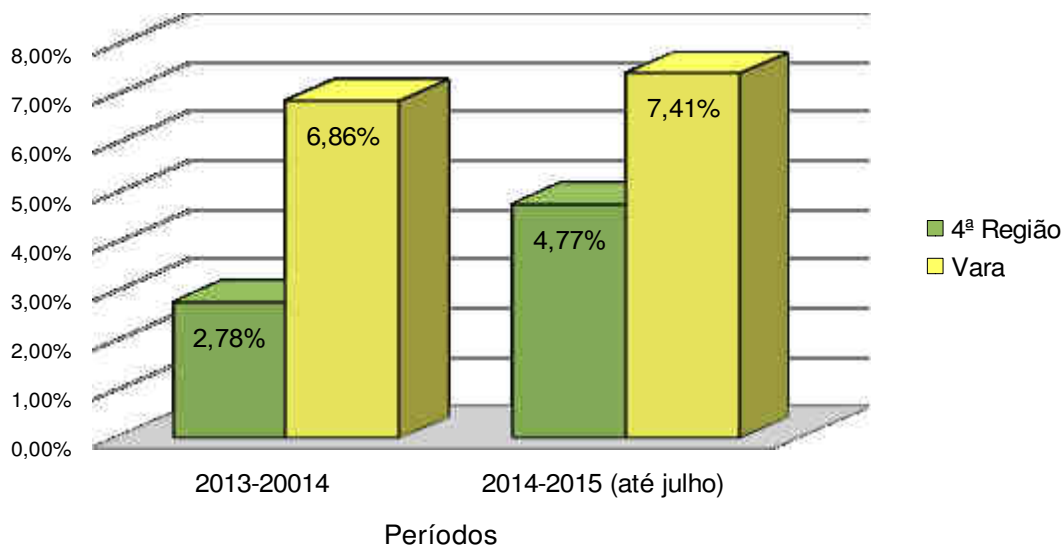
*** Consideram-se finalizados os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para execução; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais.

No ano de 2014, houve uma elevação de 6,86% no acervo de processos tramitando na Unidade Judiciária em relação ao ano anterior. A liquidação foi a fase que apresentou maior aumento no estoque (acréscimo de 185 processos, o que corresponde a uma elevação de 54,90%), ao passo que o conhecimento foi a única espécie que apresentou redução no acervo (08 processos, o que importa em uma queda de 0,53%) no período sob análise.

O acréscimo no estoque de processos da 2ª Vara do Trabalho de Bagé em 2014 superou a média apresentada pela 4ª Região no período, quando registrado um aumento de 2,78% no número de processos em tramitação. A seu turno, os dados parciais de 2015 (colhidos até o mês de julho) apontam uma elevação de 7,41% no acervo de processos tramitando na Unidade – novamente superior à tendência regional no mesmo período, como aponta o gráfico abaixo:



Variação percentual do acervo de processos tramitando



3.2 FASE DE CONHECIMENTO

3.2.1 Processos Pendentes de Solução

	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 31.07)	Variação 2014-2015
Casos novos	1.135	1.223	7,75%	725	-40,72%
Sentenças anuladas/reformadas	12	5	-58,33%	3	-40,00%
Processos solucionados (com e sem resolução de mérito) *	1.231	1.230	-0,08%	598	-51,38%
Processos pendentes de solução	552	563	1,99%	636	12,97%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.08.2015)

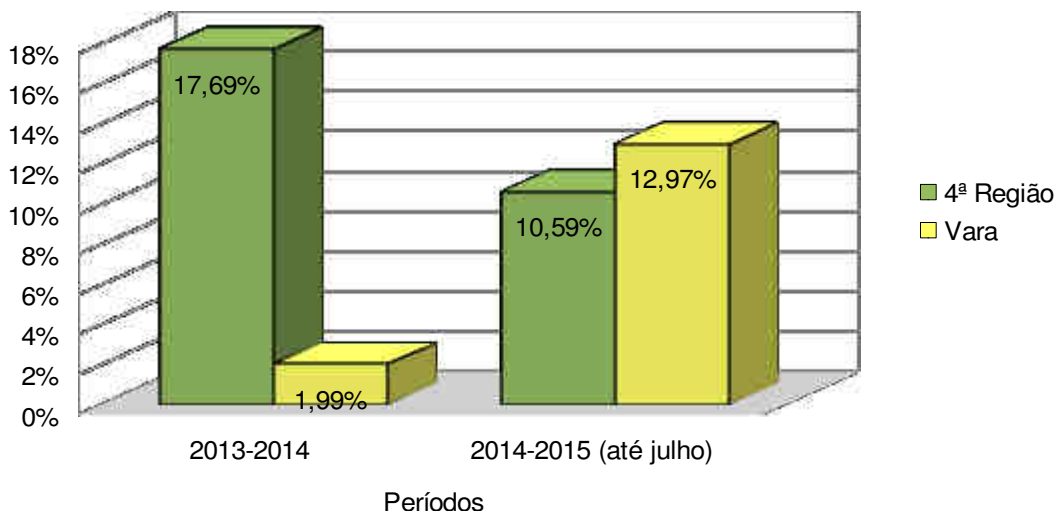
* Consideram-se solucionados, na fase de conhecimento, os processos em que proferida decisão com ou sem resolução de mérito

No ano de 2014, registrou-se uma elevação de 1,99% no estoque de processos pendentes na fase de conhecimento em relação ao período anterior (de 552 para 563 processos) – índice inferior, contudo, ao verificado em toda a 4ª Região em 2014, onde o número de processos pendentes na fase de conhecimento registrou aumento de 17,69%. O principal fator que contribuiu para esse acréscimo no estoque foi o aumento de 7,75% na média mensal de casos novos – a qual passou de 94,58 processos, em 2013, para 101,92 processos, em 2014.

A seu turno, os dados dos sete primeiros meses de 2015 apontam aumento de 12,97% no estoque de processos pendentes na fase de conhecimento. Esse índice, por sua vez, é superior à média de toda a 4ª Região no mesmo período de 2015, conforme demonstrado no gráfico abaixo:



Varição percentual dos processos pendentes na fase de conhecimento



Ainda quanto aos processos pendentes de solução na fase de conhecimento, verifica-se que em 31.12.2014 a maior parte destes (68,74%) se encontrava aguardando o encerramento da instrução processual. Além disso, convém destacar que, no período de 31.12.2013 a 31.12.2014, houve aumento de 14 feitos aguardando a prolação de sentença com prazo vencido na Unidade (o que corresponde a um acréscimo de 100%), ao passo que no período de 01.01.2015 a 31.07.2015 houve uma redução de 18 processos (o que perfaz uma queda de 64,29%). Especificações no quadro abaixo:

Situação dos processos pendentes na fase de conhecimento					
	2013	2014	Varição 2013-2014	2015 (até 31.07)	Varição 2014-2015
Aguardando 1ª sessão de audiência	158	94	-40,51%	217	130,85%
Aguardando encerramento da instrução	352	387	9,94%	374	-3,36%
Aguardando prolação de sentença – no prazo	28	54	92,86%	35	-35,19%
Aguardando prolação de sentença – com prazo vencido	14	28	100,00%	10	-64,29%
TOTAL	552	563	1,99%	636	12,97%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.08.2015)



3.2.2 Taxa de Congestionamento*

Taxa de congestionamento – fase de conhecimento					
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 31.07)	Variação 2014-2015
Bagé – 2ª Vara	32,47%	30,90%	-4,85%	53,68%	73,73%
Média no TRT4 1ª Instância	40,94%	44,33%	8,28%	57,80%	30,37%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.08.2015)

* Taxa de congestionamento = $1 - [\text{número de processos solucionados} / (\text{resíduo anterior} + \text{processos recebidos})]$

A Taxa de Congestionamento na fase de conhecimento é um indicador que corresponde ao percentual de processos não julgados em determinado período em relação ao total pendente de julgamento. Tem como objetivo medir a efetividade dos Tribunais, levando-se em conta o estoque de processos pendente do período anterior, o total de casos novos que ingressaram e os casos solucionados.

A taxa de congestionamento da fase de conhecimento na Unidade Judiciária foi de 30,90% no ano de 2014, constatando-se uma redução de 4,85% em relação ao índice do ano anterior. Na comparação com a média da 4ª Região em 2014, a seu turno, o índice da Unidade foi inferior ao congestionamento médio do TRT4 em 13,43 pontos percentuais.

3.2.3 Processos Solucionados

Processos solucionados							
Tipo de solução		2013		2014		2015 (até 31.07)	
		QTD	%	QTD	%	QTD	%
Com exame de mérito	Conciliação	428	34,77	369	30,00	199	33,28
	Julgado procedente	15	1,22	61	4,96	16	2,68
	Julgado procedente em parte	593	48,17	612	49,76	296	49,50
	Julgado improcedente	88	7,15	104	8,46	50	8,36
	Extinto	10	0,81	5	0,41	3	0,50
	Outras decisões	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Sem exame de mérito	Extinto	17	1,38	31	2,52	7	1,17
	Arquivamento (art. 844 CLT)	31	2,52	23	1,87	9	1,51
	Desistência	14	1,14	12	0,98	12	2,01
	Outras decisões	35	2,84	13	1,06	6	1,00
TOTAL		1.231	100	1.230	100	598	100

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.08.2015)

Verificou-se uma queda de 1 processo solucionado na Unidade Judiciária em 2014 na comparação com o ano anterior, constatando-se, dessa forma, haver uma estabilidade na média produtiva da Unidade (queda de 0,30%). O resultado

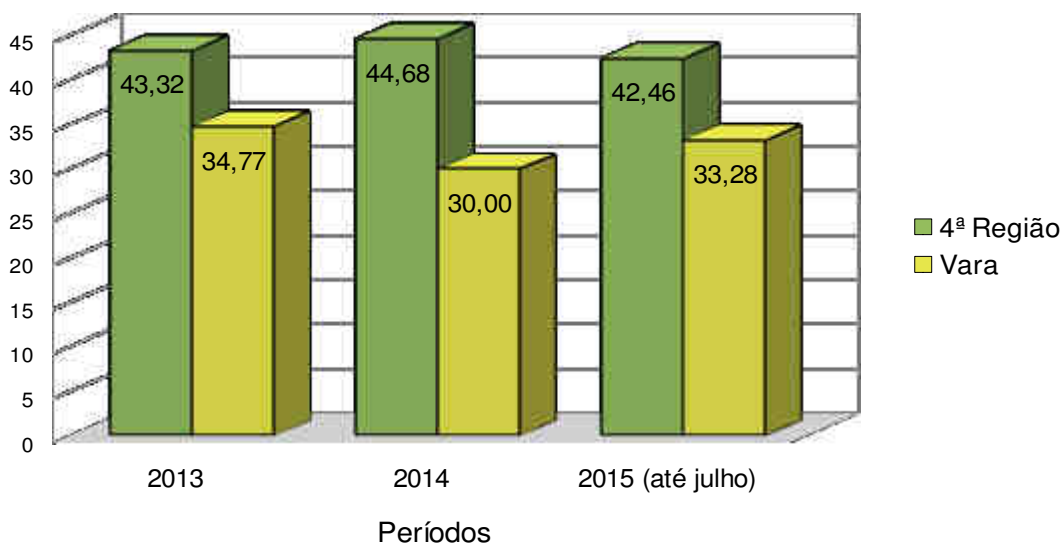


da Unidade foi melhor do que aquele apresentado na 4ª Região, o qual apresentou uma redução média de 2,67% no número de processos solucionados na comparação com o ano de 2013.

Dentre os tipos de solução, constatou-se elevação no número de decisões com resolução de mérito na Unidade. Excluídas as homologações de acordo, no ano de 2013 foram proferidas 706 decisões com resolução de mérito na Unidade; em 2014, esse número alcançou 782 decisões, representando um acréscimo de 10,76%. O desempenho da Unidade nesse quesito também se mostra superior à média do TRT4, o qual registrou uma redução de 2,91% no número de decisões com resolução de mérito.

A análise do quadro acima demonstra, ainda, uma redução no percentual de processos solucionados por conciliação na Unidade Judiciária: em 2013, o número de conciliações na fase de conhecimento foi de 428, representando 34,77% dos processos solucionados; já em 2015, o número total de conciliações alcançou 369, correspondendo a 30% - índice inferior ao verificado em toda a 4ª Região, que foi de 44,68%. Por fim, constata-se que entre janeiro e julho do corrente ano o índice de processos solucionados mediante acordo na fase de conhecimento foi de 33,28% - resultado novamente abaixo da média regional no período, conforme explicitado no gráfico que segue:

Percentual de conciliações nos processos solucionados



3.3 FASE DE LIQUIDAÇÃO

3.3.1 Processos Pendentes de Liquidação

	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 31.07)	Variação 2014-2015
Iniciadas	403	640	58,81%	197	-69,22%
Encerradas	405	426	5,19%	279	-34,51%
Pendentes	323	512	58,51%	405	-20,90%



Arquivo Provisório	6	8	33,33%	3	-62,50%
---------------------------	---	---	--------	---	---------

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.08.2015)

O número de processos pendentes na fase de liquidação subiu de 323, em 2013, para 512, em 2014, importando em uma elevação de 58,51%. Tal índice é consideravelmente superior à tendência verificada em toda a 4ª Região, cujo estoque de processos pendentes na fase de liquidação subiu de 26.044 em dezembro de 2013 para 28.322 em dezembro de 2014 (aumento de 8,75%). O principal fator que contribuiu para esse acréscimo no estoque foi o aumento de 58,81% no número de liquidações iniciadas em relação ao ano de 2013.

Por sua vez, nos sete primeiros meses de 2015, houve recuo de 107 processos pendentes na fase de liquidação em relação a 31.12.2014 - o que corresponde a uma queda de 20,90%, recuo maior do que a média de todo o TRT4 no período, que retrocedeu 0,63%.

3.3.2 Taxa de Congestionamento*

Taxa de congestionamento – fase de liquidação (sem arquivo provisório)*					
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 31.07)	Variação 2014-2015
Bagé – 2ª Vara	49,50%	55,76%	12,65%	60,65%	8,76%
Média no TRT4 1ª Instância	42,12%	44,16%	4,83%	55,70%	26,14%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.08.2015)

* Taxa de congestionamento = 1 - [número liquidações encerradas/(resíduo anterior + liquidações iniciadas)]

A taxa de congestionamento na 2ª Vara do Trabalho de Bagé foi de 55,76% no ano de 2014, constatando-se um aumento de 12,65% em relação ao índice do ano anterior. Por sua vez, na comparação com a média da 4ª Região em 2014, o índice da Unidade Judiciária foi 11,60 pontos percentuais superior ao congestionamento médio do TRT4.

3.4 FASE DE EXECUÇÃO

3.4.1 Processos Pendentes na Fase de Execução

		2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 31.07)	Variação 2014-2015
Entrada	Iniciadas	532	550	3,38%	318	-39,27%
	Desarquivadas para prosseguimento	28	229	717,86%	16	-100,00%
Saídas	Encerradas	455	518	13,85%	193	-62,74%
	Arquivadas Provisoriamente	54	68	25,93%	41	-39,71%
Pendentes	Exclusivamente crédito previdenciário	75	60	-20,00%	53	-11,67%
	Demais	1.125	1.110	-1,33%	1.224	10,27%
	Total	1.200	1.170	-2,50%	1.277	9,15%



Saldo no arquivo Provisório	486	325	-33,13%	351	8,00%
------------------------------------	-----	-----	---------	-----	-------

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.08.2015)

Em 2014, o estoque de execuções pendentes na 2ª Vara do Trabalho de Bagé passou de 1.200 para 1.170 processos – o que corresponde a uma redução de 2,50% em relação ao ano anterior. Dessa forma, a Unidade apresentou resultado idêntico àquele apresentado na 4ª Região no período em questão, a qual registrou uma queda de 2,50% em seu acervo médio. O principal fator que contribuiu para essa redução no estoque foi o aumento de 13,85% no número de execuções encerradas em relação ao ano de 2013.

A seu turno, no período de janeiro a julho de 2015, o estoque de processos na fase de execução na Unidade Judiciária apresentou uma elevação de 9,15% em relação ao final do ano anterior – resultado maior que a média regional no mesmo período, que avançou 1,64%.

3.4.2 Taxa de Congestionamento*

Taxa de congestionamento – fase de execução (sem arquivo provisório)*					
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 31.07)	Variação 2014-2015
Bagé – 2ª Vara	72,90%	70,40%	-3,43%	87,03%	23,62%
Média no TRT4 1ª Instância	69,60%	70,81%	1,74%	82,62%	16,68%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.08.2015)

* Taxa de congestionamento = 1 - [número execuções encerradas/(resíduo anterior+execuções iniciadas)]

A taxa de congestionamento na Unidade Judiciária foi de 70,40% no ano de 2014, constatando-se uma redução de 3,43% em relação ao índice do ano anterior. Na comparação com a média da 4ª Região em 2014, o índice da Unidade foi similar ao congestionamento médio do TRT4.

Taxa de congestionamento – fase de execução* (com arquivo provisório)					
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 31.07)	Variação 2014-2015
Bagé – 2ª Vara	79,01%	76,83%	-2,76%	89,35%	16,30%
Média no TRT4 1ª Instância	84,51%	84,91%	0,47%	89,87%	5,84%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.08.2015)

A inclusão dos processos arquivados provisoriamente na base de cálculo implica aumento na taxa de congestionamento da 2ª Vara do Trabalho de Bagé na fase de execução, a qual passa a corresponder a 76,83% – 2,76% inferior à taxa registrada no ano anterior. Na comparação com o índice da 4ª Região em 2014, a seu turno, a taxa de congestionamento da Unidade passa a ser 8,08 pontos percentuais menor, o que denota uma efetividade na execução acima da média regional.



3.4.3 Banco Nacional de Devedores Trabalhistas

	BNDT				
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 31.07)	Variação 2014-2015
Processos com inclusão de devedor no BNDT	289	272	-5,88%	111	-59,19%
Processos com exclusão de devedor no BNDT	206	241	16,99%	153	-36,51%
Saldo de processos com devedores inscritos no BNDT	1.251	1.254	0,24%	1.202	-4,15%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.08.2015)

O Banco Nacional de Devedores Trabalhistas – BNDT, banco de dados de pessoas físicas e jurídicas devedoras inadimplentes em processo de execução trabalhista definitiva, foi organizado para expedição da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT. A fim de que se mantenham fidedignas as informações prestadas pela CNDT, impõe-se a atenção das Unidades Judiciárias de primeiro grau aos procedimentos de inclusão, alteração e exclusão de dados dos executados no referido banco de dados.

Nos termos do art. 2º do Provimento Conjunto nº 19, da Presidência e da Corregedoria Regional do TRT4, de 27.12.2011, os atos relacionados à alteração da condição e exclusão do devedor no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) devem ser realizados com prioridade pelas Unidades Judiciárias. Para verificação do pleno cumprimento desse item pela 2ª Vara do Trabalho de Bagé, foi realizado um cotejo entre a listagem de execuções encerradas definitivamente desde 01.01.2012 e a listagem do saldo de processos com devedores ainda inscritos no BNDT em 31.07.2015. Dessa consulta, resultou uma lista de **16 processos** com execução encerrada definitivamente e que ainda possuem devedores inscritos no BNDT. A título de amostragem, relaciona-se a situação processual nos processos abaixo:

1	0111800-74.2009.5.04.0812
Situação processual: em 29.02.2012, foi publicado despacho tendo por cumprida a obrigação a ré em relação ao pagamento do principal, e determinando a intimação da reclamada para comprovação das contribuições previdenciárias incidentes. Também em 29.02.2012, foram inseridos no sistema informatizado os andamentos “extinta a execução” e “iniciada a execução previdenciária”. Em 26.03.2013, foi publicado despacho tendo por cumprida a obrigação previdenciária da reclamada e determinando o arquivamento dos autos. Em 02.04.2013, o processo foi arquivado definitivamente, sem registro de débitos. Histórico BNDT: em 19.09.2011, a executada Terezinha Jesus dos Santos Ferrer (FI) foi incluída no BNDT, com a anotação da situação “sem garantia do juízo”. Em 12.01.2012, foi inserida a anotação da situação “com garantia do juízo”. Em 09.11.2012, a executada Terezinha Jesus dos Santos Ferrer (pessoa física) também foi incluída no BNDT. Em 27.03.2013, apenas a primeira ré foi excluída do BNDT.	
2	0118100-91.2005.5.04.0812
Situação processual: em 25.09.2014, foi publicado despacho homologando acordo celebrado	



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

entre as partes. Em 14.04.2015, após comprovado o cumprimento do referido acordo, foi publicado despacho determinando o arquivamento dos autos. Em 17.04.2015, foi inserido no sistema informatizado o andamento “extinta a execução” e o processo foi arquivado definitivamente, sem registro de débitos. **Histórico BNDT:** em 20.09.2011, a executada Sucessão de Geraldo Budo (repr. p/ Carlos Eduardo Budo) foi incluída no BNDT, com a anotação da situação “sem garantia do juízo”.

3

0126500-26.2007.5.04.0812

Situação processual: em 13.10.2014, foi publicado despacho tendo por cumprida a obrigação do reclamado e determinando o arquivamento dos autos. Em 21.10.2014, foi inserido no sistema informatizado o andamento “extinta a execução”. Em 19.11.2014, o processo foi arquivado definitivamente, sem registro de débitos. **Histórico BNDT:** em 15.09.2011, os executados Santos & Alves - Serviços Terceirizados Ltda. e Estado do Rio Grande do Sul foram incluídos no BNDT, sendo o primeiro com a anotação da situação “sem garantia do juízo”. Em 13.10.2014, apenas o segundo réu foi excluído do BNDT.

4

0014800-16.2005.5.04.0812

Situação processual: em 06.11.2014, foi publicado despacho tendo por cumprida a obrigação da reclamada e determinando o arquivamento dos autos. Em 28.07.2015, foi inserido no sistema informatizado o andamento “extinta a execução” e o processo foi arquivado definitivamente, sem registro de débitos. **Histórico BNDT:** em 14.09.2011, a executada Companhia Estadual de Energia Elétrica – CEEE foi incluída no BNDT, com a anotação da situação “com garantia do juízo”.

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 08.09.2015)

Além dos processos supralistados, também se encontram com reclamados inscritos no BNDT, apesar de suas execuções terem sido extintas, os seguintes processos:

Processo nº		
0018500-58.2009.5.04.0812	0000224-42.2010.5.04.0812	0027800-83.2005.5.04.0812
0041100-10.2008.5.04.0812	0000438-91.2014.5.04.0812	0005300-23.2005.5.04.0812
0005400-75.2005.5.04.0812	0060100-98.2005.5.04.0812	0000660-93.2013.5.04.0812
0007300-93.2005.5.04.0812	0000766-55.2013.5.04.0812	0077300-16.2008.5.04.0812

Sinala-se, finalmente, que é do conhecimento desta Corregedoria que o sistema e-Gestão não está extraindo as informações de inclusão e exclusão de devedores no BNDT nos processos judiciais eletrônicos (PJe-JT). Já foram solicitadas informações ao Comitê Gestor do e-Gestão acerca da matéria.



3.5 INCIDENTES PROCESSUAIS

	Incidentes processuais								
	2013			2014			2015 (até 31.07)		
	Rece- bidos	Julgados	Pen- dentes	Rece- bidos	Julgados	Pen- dentes	Rece- bidos	Julgados	Pen- dentes
Embargos de declaração	202	202	14	151	138	27	61	67	21
Antecipações de tutela	20	19	1	44	44	1	88	55	41
Impugnações à sentença de liquidação	17	22	7	8	16	2	3	3	3
Embargos à execução	101	78	56	80	80	42	29	31	40
Embargos à arrematação	1	0	2	0	1	0	1	0	2
Embargos à adjudicação	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Exceções de pré-executividade	8	5	7	5	6	5	3	2	6

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.08.2015)

Com base nos dados do quadro acima, constatou-se que foram recebidos 288 incidentes processuais em 2014 na Unidade Judiciária, o que corresponde a uma redução de 17,48% em relação ao ano anterior. Percebe-se, também, que o número de incidentes processuais julgados caiu 12,58% na comparação entre os anos de 2013 e 2014, passando de 326 para 285; em face disso, o número total de incidentes processuais pendentes de decisão em 31.12.2014 alcançava 77 processos. Destaca-se, por fim, que em 31.07.2015 o saldo de incidentes processuais pendentes de decisão era de 113 processos, saldo 46,75% superior ao do final do período anterior – sendo que as antecipações de tutela são a espécie que correspondem à maior parte (36,28%) dos incidentes ainda pendentes.

Ainda em relação aos incidentes processuais pendentes de decisão, constatou-se que alguns foram apresentados há mais de seis meses sem que fossem os autos feitos conclusos ao Juiz e/ou sem registro de sua decisão conforme apontamentos no quadro abaixo:

1	0188400-78.2005.5.04.0812
Situação processual: consta do sistema inFOR a oposição, em 26.09.2014, de embargos de declaração pelo oitavo reclamado. Todavia, em 23.10.2014, foi publicado despacho indeferindo o requerido pelo réu no referido incidente processual, e de cujo teor se depreende de que o incidente efetivamente manejado pela parte ré tratar-se-ia, na verdade, de embargos à penhora. Verifica-se, ainda, que não foi dado o andamento correspondente à baixa do incidente no sistema informatizado, de modo que este segue constando como pendente de solução.	



2

0106400-79.2009.5.04.0812

Situação processual: consta do sistema inFOR a apresentação, em 20.08.2013, de **embargos à execução** pela parte ré. Em 30.08.2013, foi publicado despacho no qual o Juízo deixou de receber o referido incidente processual, porquanto o juízo não se encontrava garantido. Verifica-se, contudo, que não foi dado o andamento correspondente à baixa do incidente no sistema informatizado, de modo que este segue constando como pendente de solução.

3

0000257-95.2011.5.04.0812

Situação processual: consta do sistema inFOR a apresentação, em 15.05.2014, de **exceção de pré-executividade** pela parte ré. Em 22.05.2014, foi publicado despacho no qual o Juízo acolheu em parte a insurgência manifestada no referido incidente processual. Verifica-se, contudo, que não foi dado o andamento correspondente à baixa do incidente no sistema informatizado, de modo que este segue constando como pendente de solução.

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 09.09.2015)

Assim, diante das informações processuais descritas, verificam-se distorções estatísticas no relatório de incidentes processuais pendentes de decisão na Unidade Judiciária, os quais decorrem de erros de lançamento de andamentos processuais no sistema informatizado.

4 PRAZOS MÉDIOS DE TRAMITAÇÃO

4.1 FASE DE CONHECIMENTO

		Prazos médios (em dias)				
		2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 31.07)	Variação 2014-2015
Do ajuizamento da ação à prolação da sentença	Sumaríssimo	86,61	82,43	-4,82%	82,93	0,60%
	Ordinário	273,88	220,46	-19,50%	228,96	3,86%
	Total	258,67	202,37	-21,76%	218,67	8,05%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.08.2015)

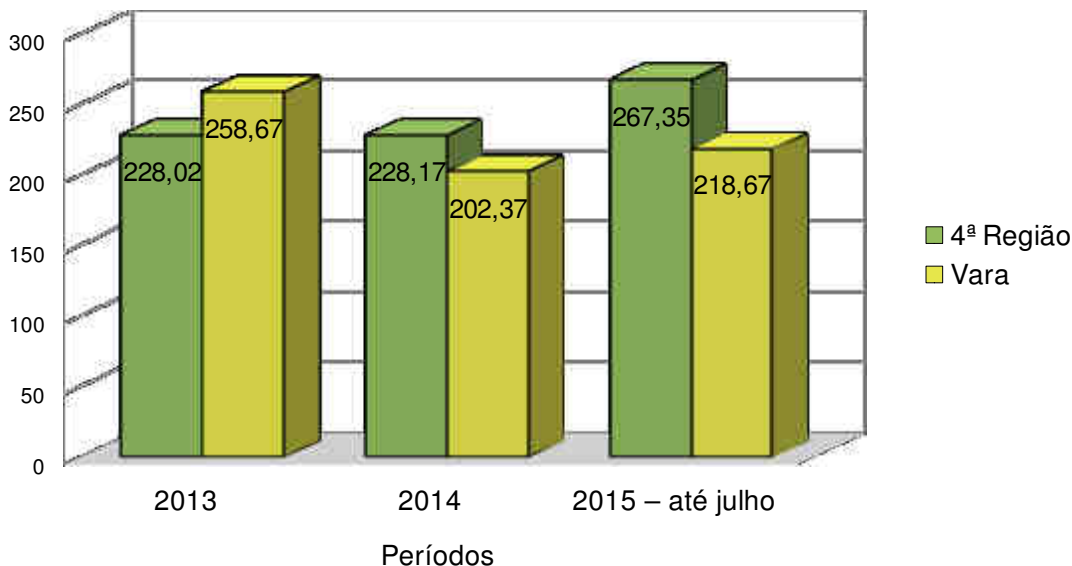
No ano de 2014, o prazo médio decorrido entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença na 2ª Vara do Trabalho de Bagé apresentou uma redução de 21,76%, passando de 258,67 para 202,37 dias. No rito sumaríssimo, o prazo médio registrou queda de 4,82% em relação à média do ano anterior, passando de 86,61 para 82,43 dias; por sua vez, o rito ordinário registrou um prazo médio de 220,46 dias, 19,50% mais célere na comparação com 2013. Registra-se, por outro lado, que os dados estatísticos colhidos entre janeiro e julho de 2015 apontam uma elevação de 8,05% no prazo médio de tramitação na fase de conhecimento.

Ainda, o lapso médio de tramitação processual total na fase de conhecimento na Unidade Judiciária em 2014 foi 11,31% mais célere (25,80 dias) que a média de todas as Unidades do TRT4, ao passo que no período de janeiro a julho de 2015 o prazo médio foi 18,21% mais curto (46,68 dias) do que o da 4ª



Região. Especificações no gráfico abaixo:

Prazo médio total - fase de conhecimento



4.2 FASE DE LIQUIDAÇÃO

Prazos médios (em dias)						
		2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 31.07)	Variação 2014-2015
Do início ao encerramento da liquidação	Sumaríssimo	265,14	250,37	-5,57%	218,61	-12,68%
	Ordinário	342,88	247,24	-27,89%	273	10,42%
	Total	339,94	247,39	-27,23%	259,05	4,71%

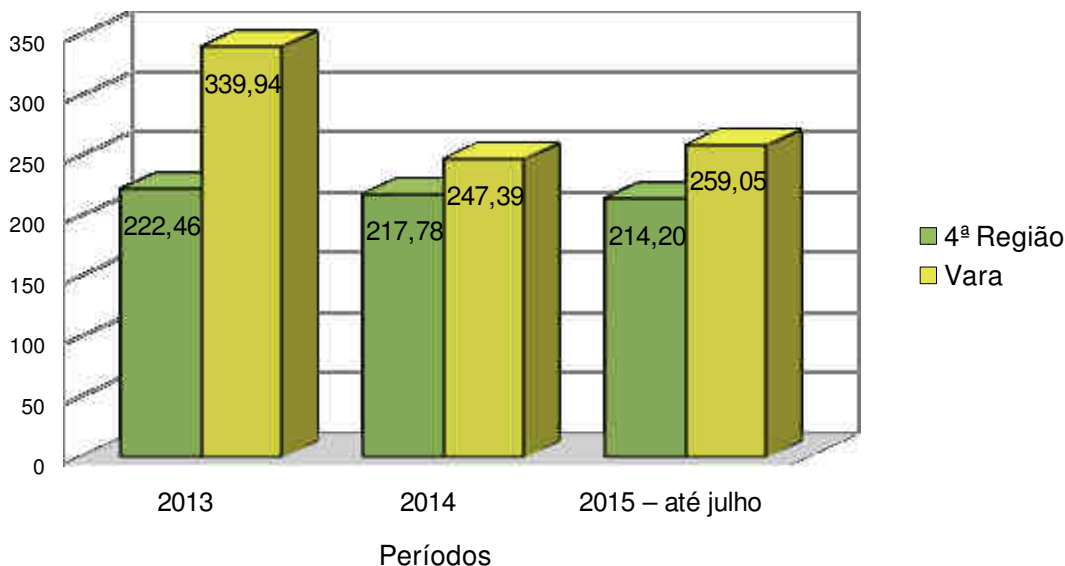
(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.08.2015)

No ano de 2014, o prazo médio decorrido entre o início e o encerramento da liquidação, no rito sumaríssimo, foi de 250,37 dias, o que equivale a uma queda de 5,57% em relação à média do ano anterior. Ademais, no rito ordinário o prazo médio alcançou 247,24 dias, 27,89% mais célere na comparação com 2013. A seu turno, os dados do ano de 2015, colhidos de janeiro a julho, apontam uma tendência de redução do prazo médio entre o início e o encerramento da liquidação no tocante ao rito sumaríssimo, e de elevação desse lapso com relação ao rito ordinário.

A despeito desses números, contudo, constatou-se que o lapso de tramitação processual total na fase de liquidação na Unidade Judiciária em 2014 foi 13,59% mais moroso (29,61 dias) do que o desempenho de toda a 4ª Região, e 20,93% mais lento (44,85 dias) nos sete primeiros meses de 2015. Especificações no gráfico abaixo:



Prazo médio total - fase de liquidação



4.3 FASE DE EXECUÇÃO

Prazos médios (em dias)						
		2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 31.07)	Variação 2014-2015
Do início ao encerramento da execução	Ente privado	925,13	718,23	-22,36%	733,14	2,08%
	Ente público	447,64	595,34	33,00%	619,72	4,10%
	Total	852,95	702,54	-17,63%	716,06	1,92%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.08.2015)

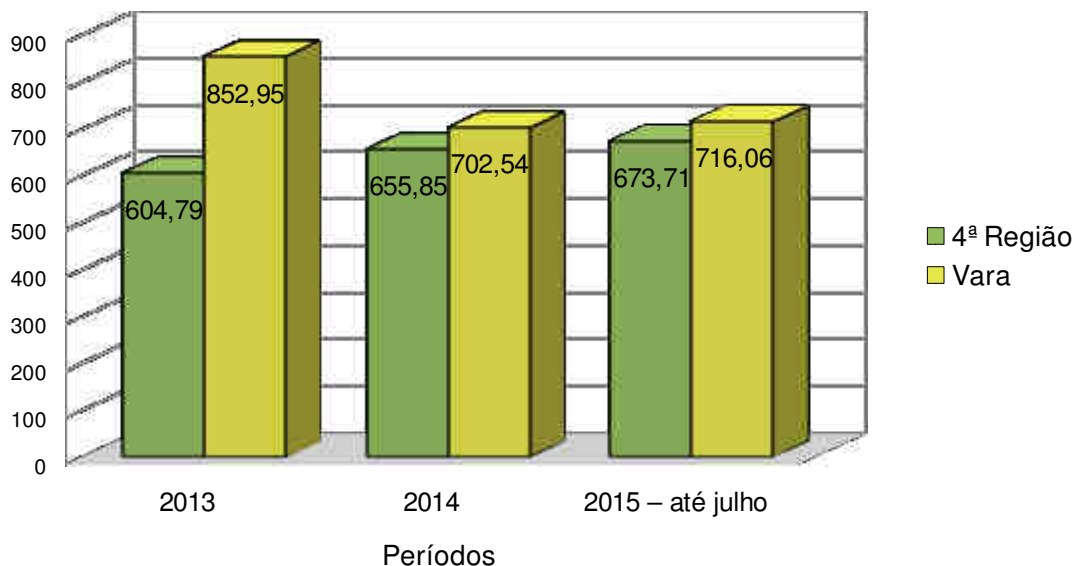
O prazo médio de tramitação processual na fase de execução na Unidade Judiciária em 2014 nos processos em que o executado era ente privado foi de 718,23 dias, o qual foi 22,36% menor do que o prazo do ano anterior, ao passo que entre janeiro e julho de 2015 esse prazo foi de 733,14 dias, 2,08% maior do que em 2014.

Por sua vez, quando o executado era ente público, o prazo médio de tramitação na fase de execução em 2014 foi de 595,34 dias, 33% mais moroso do que a média do ano anterior; já em 2015, o prazo médio subiu para 619,72 dias, lapso 4,10% mais longo do que em 2014.

Na comparação com os dados de toda a 4ª Região em 2014, apresentados no gráfico abaixo, constatou-se que o tempo de tramitação na fase de execução foi 7,12% mais moroso (46,69 dias) do que a média regional. Por sua vez, os dados de janeiro a julho de 2015 apontam que, nesse período, o prazo médio de tramitação na Unidade foi 6,29% superior (42,35 dias) à média de todo o TRT4.



Prazo médio total - fase de execução



5 METAS

O Posto Avançado de Dom Pedrito, conforme Provimento 02/2015 do CSJT, não detém autonomia quanto ao seu acervo de processos para efeitos de cumprimento das metas do CNJ. Assim, para esse fim, serão apresentados e analisados de forma conjunta os dados relativos aos processos que tramitam na 2ª Vara do Trabalho de Bagé e aos processos que tramitam no Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Dom Pedrito vinculados àquela Unidade Judiciária.

5.1 METAS DO CNJ – ANOS ANTERIORES A 2014

5.1.1 Meta 2 – 2009: “Identificar os processos judiciais mais antigos e adotar medidas concretas para o julgamento de todos os distribuídos até 31.12.2005”.

META 2/2009 CNJ	
Processos distribuídos até 31.12.2005 pendentes de solução	Resultado
0	Meta cumprida

5.1.2 Meta 2 – 2010: “Julgar todos os processos de conhecimento distribuídos até 31.12.2006 e, quanto aos processos trabalhistas, eleitorais, militares e da competência do tribunal do Júri, até 31.12.2007”.

META 2/2010 CNJ	
Processos distribuídos até 31.12.2007 pendentes de solução	Resultado
0	Meta cumprida

5.1.3 Meta 2 – 2012: “Julgar, até 31.12.2012, pelo menos, 80% dos processos distribuídos em 2008”.



META 2/2012 CNJ			
Distribuídos em 2008	Nº de processos ajuizados em 2008 e já solucionados	%	Resultado
982	982	100,00%	Meta cumprida

5.1.4 Meta 2 – 2013: “Julgar, até 31.12.2013, pelo menos, 80% dos processos distribuídos em 2009”.

META 2/2013 CNJ			
Distribuídos em 2009	Nº de processos ajuizados em 2009 e já solucionados	%	Resultado
1.147	1.147	100,00%	Meta cumprida

5.2 METAS DO CNJ – ANO DE 2014

5.2.1 Meta 1: “Julgar mais processos de conhecimento do que os distribuídos em 2014”.

META 1/2014 CNJ			
Distribuídos em 2014	Solucionados em 2014	%	Resultado
1.362	1.359	99,78%	Meta não cumprida

5.2.2 Meta 2: “Julgar, até 31.12.2014 90% dos processos distribuídos até 31.12.2011 e 80% dos processos distribuídos até 2012”.

META 2/2014 CNJ			
Julgamento dos processos distribuídos até 31.12.2011			
Processos não julgados até 31.12.2011	Processos distribuídos até 31.12.2011 e julgados entre 01.01.2012 e 31.12.2014	%	Resultado
71	71	100,00%	Meta cumprida
Julgamento dos processos distribuídos até 31.12.2012			
Processos não julgados até 31.12.2012	Processos distribuídos até 31.12.2012 e julgados entre 01.01.2013 e 31.12.2014	%	Resultado
671	668	99,55%	Meta cumprida

5.2.3 Meta 5: “Reduzir o congestionamento, em relação à taxa média de 2013 e 2012, em qualquer percentual quanto às execuções fiscais e em 5% quanto às execuções não fiscais e cumprimento de sentença na Justiça do Trabalho”.

Observação: O Conselho Nacional de Justiça, no mês de julho de 2014, expediu a Versão 5 do Glossário das Metas CNJ 2014, na qual foi adequada a fórmula de cálculo dessa meta e foram definidos conceitos de “redução positiva” e “redução negativa”. A **redução positiva** (percentual precedido do sinal positivo) indica que efetivamente a taxa de congestionamento foi reduzida em 2014 em relação à taxa média de 2012 e 2013. A **redução negativa** (percentual precedido do



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

sinal negativo) indica o aumento da taxa de congestionamento em 2014 em relação à taxa média de 2012 e 2013.

Questionário para cálculo da Meta			
Id.	Pergunta	Periodicidade	Valor
P5.1	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais não baixados definitivamente em 31.12.2011, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	1.721
P5.2	Número total de processos em fase de execução fiscal não baixados definitivamente em 31.12.2011, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	12
P5.3	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais iniciados em 2012, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	450
P5.4	Número total de processos em fase de execução fiscal iniciados em 2012, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	3
P5.5	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais baixados definitivamente em 2012	Única	380
P5.6	Número total de processos em fase de execução fiscal baixados definitivamente em 2012	Única	0
P5.7	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais iniciados em 2013, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	581
P5.8	Número total de processos em fase de execução fiscal iniciados em 2013, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	3
P5.9	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais baixados definitivamente em 2013	Única	481
P5.10	Número total de processos em fase de execução fiscal baixados definitivamente em 2013	Única	0
P5.11	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais iniciados no mês de referência	Mensal	510
P5.12	Número total de processos em fase de execução fiscais iniciados no mês de referência	Mensal	0
P5.13	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais baixados definitivamente no mês de referência.	Mensal	461
P5.14	Número total de processos em fase de execução fiscais baixados definitivamente no mês de referência.	Mensal	2
P5.15	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência	Mensal	0
P5.16	Número total de processos em fase de execução fiscais que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência	Mensal	0
P5.17	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais que saíram da meta por suspensão ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência	Mensal	0
P5.18	Número total de processos em fase de execução fiscais que saíram da meta por suspensão ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência	Mensal	0

* **Percentual de redução - Cumprimento de Sentença e Execução Não Fiscal** = $100 - (((1 - (\Sigma P5.13 / (\Sigma P5.11 + (P5.1 + P5.3 - P5.5 + P5.7 - P5.9 + \Sigma P5.15 - \Sigma P5.17)))) * 100) / (((1 - (P5.9 / (P5.7 + P5.1 + P5.3 - P5.5))) + (1 - (P5.5 / (P5.3 + P5.1)))) / 2))$

Percentual de redução - Execução Fiscal = $100 - (((1 - (\Sigma P5.14 / (\Sigma P5.12 + (P5.2 + P5.4 - P5.6 + P5.8 - P5.10 + \Sigma P5.16 - \Sigma P5.18)))) * 100) / (((1 - (P5.10 / (P5.8 + P5.2 + P5.4 - P5.6))) + (1 - (P5.6 / (P5.4 + P5.2)))) / 2))$



META 5/2014 CNJ - Cumprimento de Sentença e Execução Não Fiscal	
Percentual	Resultado
0,38%	Meta não cumprida
META 5/2014 CNJ - Execução Fiscal	
Percentual	Resultado
11,11%	Meta cumprida

5.2.4 Meta 6: “Identificar e julgar até 31.12.2014 as ações coletivas distribuídas até 31.12.2011, no primeiro grau, e até 31.12.2012, no segundo grau”.

META 6/2014 CNJ	
Ações coletivas distribuídas até 31.12.2011 pendentes de solução	Resultado
0	Meta cumprida

5.3 METAS DO CNJ – ANO DE 2015

5.3.1 Meta 1: “Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”.

META 1/2015 CNJ			
Distribuídos até 31.07.2015	Solucionados até 31.07.2015	%	Resultado parcial (até julho)
815	668	81,96%	Período de apuração insuficiente para verificar o efetivo cumprimento da meta

5.3.2 Meta 2: “Identificar e julgar, até 31.12.2015, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31.12. 2013”.

META 2/2015 CNJ			
Julgamento dos processos distribuídos até 31.12.2013			
Processos não julgados até 31.12.2013	Processos distribuídos até 31.12.2013 e julgados entre 01.01.2014 e 31.07.2015	%	Resultado parcial (até julho)
595	582	97,82%	Meta já cumprida

5.3.3 Meta 5: “Baixar, em 2015, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução”.

META 5/2015 CNJ			
Casos novos de execução em 2015 (até 31.07)	Execuções baixadas (arquivo definitivo) em 2015 (até 31.07)	Grau de Cumprimento	Resultado parcial (até julho)
346	210	60,69%	Período de apuração insuficiente para verificar o efetivo



			cumprimento da meta
--	--	--	----------------------------

5.3.4 Meta 6: “Identificar e julgar até 31.12.2015 as ações coletivas distribuídas até 31.12.2012, no primeiro grau, e até 31.12.2013, no segundo grau”.

META 6/2015 CNJ	
Ações coletivas distribuídas até 31.12.2012 pendentes de solução	Resultado parcial (até julho)
0	Meta já cumprida

5.3.5 Meta 7: “Identificar e reduzir, em 1,5% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior.”

META 7/2015 CNJ				
Dez maiores litigantes 4ª Região, em 31.12.2014	Número de processos tramitando na Unidade em 31.12.2014	Acervo atual (31.07.2015)	Número máximo de processos tramitando em 31.12.2015 para alcance da meta	Resultado parcial (até julho)
1º Wms Supermercados do Brasil Ltda.	5	7	4	Período de apuração insuficiente para verificar o efetivo cumprimento da meta
2º Estado do Rio Grande do Sul	3	2	2	
3º Clinsul Mão de Obra e Representação Ltda. (Em Recuperação Judicial)	1	0	0	
4º Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan	0	1	0	
5º União	1	9	0	
6º OI S.A.	1	3	0	
7º Proservi Serviços de Vigilância Ltda. (Em Recuperação Judicial)	5	0	4	
8º Caixa Econômica Federal - CEF	0	4	0	
9º Banco do Brasil S.A.	2	1	1	
10º Hospital Nossa Senhora da Conceição	0	0	0	

5.3.6 Metas do CNJ específicas da Justiça do Trabalho em 2015:

a) “Para o 1º grau dos TRT que contabilizaram o prazo médio acima de 200 dias, reduzir em 1% o tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento em relação ao ano base de 2014”.



META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015 PRAZO MÉDIO DA FASE DE CONHECIMENTO				
Prazo médio TRT4 2014 – fase de conhecimento	Prazo médio na Unidade em 2014	Prazo médio da Unidade em 2015 (até 31.07)	Prazo médio a ser alcançado em 2015	Resultado parcial (até julho)
228,17	199,01	213,48	197,02	Período de apuração insuficiente para verificar o efetivo cumprimento da meta

b) “Aumentar em 1% o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014.”

META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015 NÚMERO DE ACORDOS NA FASE DE CONHECIMENTO						
	2013	2014	Média 2013/2014	2015 (até 31.07)	Meta para 2015	Resultado parcial (até julho)
Total de acordos	503	425	464,00	236	469	Período de apuração insuficiente para verificar o efetivo cumprimento da meta
Média mensal de acordos	41,92	35,42	38,67	33,71	39,08	

6 AUDIÊNCIAS E DESEMPENHO DOS JUÍZES

6.1 PERIODICIDADE E COMPOSIÇÃO (MÉDIAS) DA PAUTA

A Unidade realiza sessões de audiências regularmente às segundas-feiras pela manhã; terças e quartas-feiras pela manhã e à tarde e às quintas-feiras pela manhã. A composição média das sessões é especificada nos quadros abaixo.

J1	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Manhã	-	-	(I) e (U) – quando necessário 4 (P)	(I) e (U) – quando necessário 4 (P)	-
Tarde	-	8 (I) 2 (U) 4 (P)	8 (I) 2 (U) 4 (P)	(I), (U), (P) quando necessário	-

(Fonte: Informação do Secretário de Audiências em 16.09.2015)

J2	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Manhã	Em média, de 8 a 10 (I)	Em média de 4 a 5 (P)	Média de 4 a 5 (P) – quando J1 atua em Dom Pedrito	-	Iniciais de sumaríssimos – quando necessário



Tarde	Quando necessário	-	-	-	-
--------------	-------------------	---	---	---	---

Obs.: Segundo informou a Secretária de Audiências, a pauta da J2 é alternada de acordo com a necessidade de cada Vara.

(Fonte: Informação do Secretário de Audiências em 16.09.2015)

Legenda:

I – Audiências iniciais de rito ordinário

U – Audiências unas de rito sumaríssimo

P – Audiências de prosseguimento

CPI – Cartas Precatórias Inquiritórias

E – Audiência de conciliação em processos em fase de execução

6.2 PAUTAS LIVRES

Tipo	Última Data Marcada		Próxima Data Livre	
	J1	J2	J1	J2
Inicial	22.10.2015	13.10.2015	21.10.2015	03.11.2015
Una Sumaríssimo	06.10.2015	05.10.2015	06.10.2015	Designadas em 15 dias, a partir da distribuição
Instrução	04.02.2016	19.04.2016	16.12.2015	22.03.2016
Tentativa de acordo em execução	-	-	-	-

(Fonte: Informação do Secretário de Audiências em 16.09.2015)

6.3 PRAZO MÉDIO AUDIÊNCIAS INICIAIS

Prazos médios (em dias)						
		2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 31.07)	Variação 2014-2015
Do Ajuizamento da Ação até a Realização da 1ª Audiência	Sumaríssimo	39,04	36,05	-7,68%	56,91	57,89%
	Ordinário	42,41	43,64	2,90%	43,17	-1,09%
	Total	42,1	42,63	1,27%	44,16	3,58%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.08.2015)

As audiências iniciais no rito sumaríssimo tiveram seu prazo médio reduzido de 39,04 dias, em 2013, para 36,05 dias, em 2014 (queda de 7,68%). Por outro lado, o prazo médio da audiência inicial do rito ordinário subiu de 42,41 dias, em 2013, para 43,64 dias, em 2014 (aumento de 2,90%). Por sua vez, os dados do ano de 2015, colhidos de janeiro a julho, apontam para uma tendência de elevação do prazo médio para a realização das audiências iniciais no tocante ao rito sumaríssimo, e de redução desse lapso com relação ao rito ordinário.

É oportuno esclarecer, ainda, que os prazos médios apontados pelo Sistema e-Gestão levam em consideração todos os eventuais adiamentos de audiências determinados, o que pode elastecer a média verificada. O exame do



tópico, portanto, deve ser realizado de forma conjunta com o item anterior, no qual constam informações sobre as pautas efetivamente disponíveis em consulta ao livro pauta no momento da inspeção.

6.4 AUDIÊNCIAS REALIZADAS

2014					
Juiz (a)	Inicial	Instrução	Una	Conciliação	TOTAL
Alessandra Casaril	10	9	1	0	20
André Vasconcellos Vieira	669	414	106	11	1.200
Bárbara Fagundes	51	22	1	0	74
Felipe Lopes Soares	196	120	17	5	338
Marcele Cruz Lanot Antoniazzi	148	91	34	6	279
TOTAL	1.074	656	159	22	1.911
2015 (até 31.07)					
Juiz (a)	Inicial	Instrução	Una	Conciliação	TOTAL
André Vasconcellos Vieira	332	249	26	8	615
Marcele Cruz Lanot Antoniazzi	184	132	17	4	337
TOTAL	516	381	43	12	952

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 02.09.2015)

6.5 ASSIDUIDADE DOS MAGISTRADOS

Em cumprimento ao disposto no art. 18, II, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, a assiduidade dos magistrados foi verificada por meio das informações obtidas nos itens 2.1.4, 6.1, 6.5 e 6.7 do presente relatório, e também por meio da visita correcional. Constatase que, à exceção dos afastamentos listados no item 2.1.4, os juízes comparecem regularmente para realização de audiências e atuação na Unidade Judiciária.

6.6 PROCESSOS SOLUCIONADOS

Juiz (a)	2014				Sem exame de mérito TOTAL	Total de processos solucionados
	Conciliações	Julgados	Outras decisões	TOTAL		
Alessandra Casaril	1	8	1	10	1	11
André Vasconcellos Vieira	215	541	3	759	43	802
Bárbara Fagundes	7	45	0	52	1	53
Carolina Santos Costa de Moraes	0	1	0	1	0	1
Eduardo Batista Vargas	0	1	0	1	0	1
Felipe Lopes Soares	77	111	1	189	13	202
Marcele Cruz Lanot Antoniazzi	69	67	0	136	21	157



Nadir Fátima Zanutelli Coimbra	0	1	0	1	0	1
Oswaldo Antonio da Silva Stocher	0	1	0	1	0	1
Sofia Fontes Regueira	0	1	0	1	0	1
TOTAL	369	777	5	1.151	79	1.230
2015 (até 31.07)						
Juiz (a)	Com exame de mérito				Sem exame de mérito	Total de processos solucionados
	Conciliações	Julgados	Outras decisões	TOTAL	TOTAL	
André Vasconcellos Vieira	118	240	3	361	19	380
Eduardo Batista Vargas	0	3	0	3	0	3
Felipe Lopes Soares	0	12	0	12	0	12
Marcele Cruz Lanot Antoniazzi	81	107	0	188	15	203
TOTAL	199	362	3	564	34	598

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 02.09.2015)

6.7 PROCESSOS CONCLUSOS PARA SENTENÇA HÁ MAIS DE 50 DIAS NA DATA DA CORREIÇÃO

6.7.1 - 2ª VARA DO TRABALHO DE BAGÉ

Juiz Titular André Vasconcellos Vieira		
0020015-21.2015.5.04.0812	0000758-44.2014.5.04.0812	-
Total: 2 processos		

Juíza Substituta lotada Marcelle Cruz Lanot Antoniazzi		
0010123-25.2014.5.04.0812	0020099-22.2015.5.04.0812	0001124-83.2014.5.04.0812
0000120-74.2015.5.04.0812	0001195-85.2014.5.04.0812	0001199-25.2014.5.04.0812
0000842-45.2014.5.04.0812	0001190-63.2014.5.04.0812	0001226-08.2014.5.04.0812
Total: 9 processos		

(Fonte: Consulta ao Projeto BI TRT4 em 11.09.2015, com dados consolidados pelo Projeto até o dia 10.09.2015. 50 dias anteriores à data da correição: 27.07.2015)

6.7.2 - POSTO AVANÇADO DA JUSTIÇA DO TRABALHO DE DOM PEDRITO

Conforme consulta ao Projeto BI TRT4 em 11.09.2015, verifica-se que não constam processos conclusos aos magistrados há mais de 50 dias no Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Dom Pedrito.

7 ROTINAS DE SECRETARIA NA 2ª VARA DO TRABALHO DE BAGÉ

Conforme informou o Diretor de Secretaria, a adesão dos servidores da Unidade ao movimento grevista ocorreu a partir de 17.06.2015. Desde então, estão sendo priorizados pela Secretaria a análise do protocolo, a expedição de alvarás e a realização de audiências. No dia da visita correcional 50% dos



servidores estavam presentes na Unidade, mas nos dias anteriores, segundo o Diretor, apenas 40% se fez presente.

7.1.1 EXPEDIÇÃO DE NOTIFICAÇÕES E OFÍCIOS

Pendentes de cumprimento determinações de 06.07.2015, em razão da adesão de parte dos servidores ao movimento grevista, desde 17.06.2015.

7.1.2 EXPEDIÇÃO DE MANDADOS, PRECATÓRIOS E RPV'S

Pendentes de cumprimento determinações de abril de 2015, em razão da adesão de parte dos servidores ao movimento grevista, desde 17.06.2015.

7.1.3 EXPEDIÇÃO DE ALVARÁS

Tarefa executada em 48 horas, a contar da determinação.

7.1.4 JUNTADA DE PETIÇÕES

As petições são juntadas em 48 horas.

7.1.5 DESPACHOS DE PROTOCOLO

Na data da visita correcional estava em análise o protocolo de 08.09.2015.

7.1.6 CERTIFICAÇÃO DE PRAZO

A certificação de prazo estava em 22.06.2015, em razão da adesão de parte dos servidores ao movimento grevista, desde 17.06.2015.

7.1.7 REMESSA DE AUTOS AO TRT

Tarefa executada duas vezes por semana.

7.1.8 CONVÊNIOS

Utilizados regularmente pela Unidade.

7.1.9 ARQUIVAMENTO DE PROCESSOS

Sem pendências.



7.1.10 EXAME DOS LIVROS

7.1.10.1 Advogados – Cargas Vencidas há mais de 10 dias

	Processo	Prazo	Tempo Excedido para Devolução dos Autos
1	0073200-18.2008.5.04.0812*1	12.02.2015	6 meses e 15 dias
2	0061000-47.2006.5.04.0812*1	02.03.2015	5 meses e 25 dias
3	0319600-14.2005.5.04.0812	09.03.2015	5 meses e 18 dias
4	0047600-97.2005.5.04.0812	13.04.2015	4 meses e 14 dias
5	0001109-17.2014.5.04.0812*1	04.05.2015	3 meses e 23 dias
6	0001109-51.2013.5.04.0812*1	04.05.2015	3 meses e 23 dias
7	0332800-88.2005.5.04.0812*1	05.05.2015	3 meses e 22 dias
8	0001054-03.2013.5.04.0812	13.05.2015	3 meses e 14 dias
9	0180600-96.2005.5.04.0812	18.05.2015	3 meses e 9 dias
10	0273800-60.2005.5.04.0812	08.06.2015	2 meses e 19 dias
11	0000963-73.2014.5.04.0812	08.06.2015	2 meses e 19 dias
12	0000700-12.2012.5.04.0812*1	15.06.2015	2 meses e 12 dias
13	0319000-90.2005.5.04.0812*1	15.06.2015	2 meses e 12 dias
14	0073800-44.2005.5.04.0812*1	15.06.2015	2 meses e 12 dias
15	0000898-15.2013.5.04.0812	06.07.2015	1 mês e 21 dias
16	0000193-17.2013.5.04.0812*1	29.07.2015	28 dias
17	0001136-05.2011.5.04.0812*1	29.07.2015	28 dias
18	0001140-71.2013.5.04.0812	31.07.2015	24 dias
-	0001136-97.2014.5.04.0812*2	03.08.2015	-
19	0000193-46.2015.5.04.0812*1	05.08.2015	22 dias
20	0000586-42.2013.5.04.0811*1	13.08.2015	14 dias
21	0034500-75.2005.5.04.0812	14.08.2015	13 dias
22	0000311-22.2015.5.04.0812*1	14.08.2015	13 dias
23	0000318-14.2015.5.04.0812*1	14.08.2015	13 dias
24	0000334-02.2014.5.04.0812	14.08.2015	13 dias
25	0000321-66.2015.5.04.0812	14.08.2015	13 dias
26	0000313-89.2015.5.04.0812	14.08.2015	13 dias
27	0000036-49.2010.5.04.0812	14.08.2015	13 dias

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 26.08.2015)

*1 Processos nos quais foram expedidas notificações para cobrança dos autos, ainda não devolvidos há mais de 10 dias.

*2 Processo no qual houve dilação de prazo, não excedido há mais de 10 dias.



7.1.10.2 Peritos – Cargas Vencidas há mais de 10 dias

	Processo	Prazo	Tempo Excedido para Devolução dos Autos
1	0300700-80.2005.5.04.0812	12.11.2014	9 meses e 15 dias
-	0001007-29.2013.5.04.0812*	16.03.2015	-
2	0000393-24.2013.5.04.0812	16.03.2015	5 meses e 11 dias
3	0000012-79.2014.5.04.0812	16.03.2015	5 meses e 11 dias
-	0000170-71.2013.5.04.0812*	06.05.2015	-
4	0023400-21.2008.5.04.0812	21.05.2015	3 meses e 6 dias
5	0000900-82.2013.5.04.0812	01.06.2015	2 meses e 26 dias
6	0210700-34.2005.5.04.0812	04.06.2015	2 meses e 23 dias
-	0000112-05.2012.5.04.0812*	17.06.2015	-
7	0000464-26.2013.5.04.0812	29.06.2015	1 mês e 28 dias
8	0000411-45.2013.5.04.0812	02.07.2015	1 mês e 25 dias
9	0000939-79.2013.5.04.0812	06.07.2015	1 mês e 21 dias
10	0000876-20.2014.5.04.0812	13.07.2015	1 mês e 14 dias
11	0000038-48.2012.5.04.0812	16.07.2015	1 mês e 11 dias
-	0000521-78.2012.5.04.0812*	29.07.2015	-
12	0000524-33.2012.5.04.0812	29.07.2015	28 dias

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 26.08.2015)

* Processos nos quais houve dilação de prazo ao perito, não excedidos há mais de 10 dias.

7.1.10.3 Mandados – Prazos Vencidos há mais de 10 dias

	Carga OJ	Processo	Prazo	Tempo Excedido para Devolução do Mandado
1	812-00766/15	0001021-76.2014.5.04.0812	30.06.2015	1 mês e 27 dias

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 26.08.2015)

8 EXAME DOS PROCESSOS

Para as análises realizadas nos itens seguintes foram extraídas três listagens distintas no sistema inFOR, duas para a 2ª Vara do Trabalho de Bagé e uma para o Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Dom Pedrito. No item 8.1 são analisados 05 autos físicos em andamento na Vara do Trabalho, escolhidos a partir das listagens de 100 processos aleatórios geradas pelo Sistema e disponibilizadas para fins de correição à Assessoria Jurídica da Corregedoria. Para as análises dos itens 8.2.1 e 8.2.2 extraíram-se, em 26.08.2015, as listagens de processos sem movimentação há mais de 30 dias, às quais totalizaram **1.398 processos** no Sistema da 2ª Vara e **73 processos** no Sistema do Posto Avançado. Esses itens verificam, por amostragem, a correção dos andamentos lançados pelas Secretarias da Unidade Judiciária.



8.1 ANÁLISE DOS PROCESSOS FÍSICOS NA 2ª VARA DO TRABALHO DE BAGÉ

1	0162000-27.2005.5.04.0812
Aspectos gerais dos autos*: Capa do 6º volume não observou o retorno dos autos da instância superior; ausência de identificação do servidor quando da devolução dos autos à fl. 1.523 e à fl. 1.538; termos de juntada no verso da fl. 1.543 e no verso da fl. 1.572 com espaços em branco; termo de juntada no verso da fl. 1.594 com espaços em branco. Movimentação processual: Nada a apontar.	
2	0075800-80.2006.5.04.0812
Aspectos gerais dos autos*: Termo de juntada no verso da fl. 808 com espaços em branco, ausência de carimbo em branco no verso da fl. 816. Movimentação processual: Nada a apontar.	
3	0072600-94.2008.5.04.0812
Aspectos gerais dos autos*: Termos de juntada nos versos das fls. 662, 675 e 711 com espaços em branco. Movimentação processual: Nada a apontar.	
4	0001112-11.2010.5.04.0812
Aspectos gerais dos autos*: Termo de juntada no verso da fl. 494 com espaços em branco. Movimentação processual: Nada a apontar.	
5	0000657-12.2011.5.04.0812
Aspectos gerais dos autos*: À fl. 394 não foi lançada a data da devolução dos autos, nem rubrica, nem identificação do servidor responsável; termo de juntada no verso da fl. 394 com espaços em branco. Movimentação processual: O cumprimento do despacho da fl. 356 ocorreu em prazo superior a 120 dias (fls. 358-362); movimentação processual em prazo superior a 30 dias (vencimento do prazo da notificação da fl. 402 em 15.04.2015 e impulso processual em 25.05.2015 – fl. 403); cumprimento do despacho da fl. 436 em prazo superior a 40 dias (fl. 438 - neste caso a demora no impulso foi justificada na certidão da fl. 439).	

* Os **aspectos gerais dos autos** são analisados a partir do início do período correccionado, em janeiro de 2014.

8.2.1 IRREGULARIDADES NOS ANDAMENTOS NO INFOR DA 2ª VARA DO TRABALHO DE BAGÉ

A listagem de andamentos sem movimentação há mais de 30 dias resultou em **1.398 processos parados**. Excetuados aqueles que estão em situação regular (aguardam cumprimento de acordo, julgamento de Agravo de Instrumento ou Recurso de Revista, pagamento de precatório, andamento de outros processos, estão com prazo em andamento, suspensos/sobrestados/conclusos ou sendo movimentados pela Secretaria), verificou-se que a irregularidade consiste **demora do impulso processual**, principalmente referente àqueles processos que aguardam procedimentos nas fases de liquidação e execução (aguardam consulta aos Sistemas Infojud, Renajud, Bacen, JUCERS). Citam-se, como exemplos, os processos nº 0000624-85.2012.5.04.0812, nº 0129000-65.2007.5.04.0812, nº 0203200-14.2005.5.04.0812, nº 0000174-



16.2010.5.04.0812, nº 0000966-28.2014.5.04.0812, nº 0000392-
73.2012.5.04.0812, nº 0001069-35.2014.5.04.0812, nº 0049000-
10.2009.5.04.0812, nº 0001000-47.2007.5.04.0812 e nº 0000004-
68.2015.5.04.0812.

8.2.2 IRREGULARIDADES NOS ANDAMENTOS DO INFOR DO POSTO AVANÇADO DA JUSTIÇA DO TRABALHO DE DOM PEDRITO

A listagem de andamentos sem movimentação há mais de 30 dias resultou em **73 processos parados**. Excetuados aqueles que estão em situação regular (aguardam cumprimento de acordo, julgamento de Agravo de Instrumento ou Recurso de Revista, pagamento de precatório, andamento de outros processos, estão com prazo em andamento, suspensos/sobrestados/conclusos ou sendo movimentados pela Secretaria), verificou-se que a irregularidade consiste **demora do impulso processual e na atualização dos registros de andamento**. Citam-se, como exemplos, os processos nº 0010107-71.2014.5.04.0812, nº 0127500-61.2007.5.04.0812, nº 0010040-43.2013.5.04.0812, nº 0010094-77.2011.5.04.0812, nº 0051400-02.2006.5.04.0812, nº 0010031-52.2011.5.04.0812, nº 0010049-73.2011.5.04.0812, nº 0010094-72.2014.5.04.0812, nº 0080000-62.2008.5.04.0812 e nº 0010010-71.2014.5.04.0812.

8.3 EXAME DOS PRESSUPOSTOS RECURSAIS

Na conferência física dos processos remetidos a esta Corregedoria, constatou-se que a 2ª Vara do Trabalho de Bagé **observa** a norma contida no art. 18, I, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, havendo pronunciamento explícito nos autos acerca do exame dos pressupostos de admissibilidade dos recursos encaminhados ao Tribunal.

8.4 LIBERAÇÃO DE DEPÓSITO RECURSAL

Na conferência física dos processos remetidos a esta Corregedoria, constatou-se que o Juiz, imediatamente após a liquidação da sentença, uma vez apurado crédito de valor inequivocamente superior ao do depósito recursal, **ordena** a pronta liberação deste em favor do credor de ofício ou a seu requerimento.

8.5 CITAÇÃO DO(S) SÓCIO(S) EM CASO DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA DA EXECUTADA

Na conferência física dos processos remetidos a esta Corregedoria, constatou-se que o Juiz **determina** a citação do(s) sócio(s) em caso de desconconsideração da personalidade jurídica da empresa executada, por meio de decisão fundamentada, para que no prazo de 48 horas, indique(m) bens da sociedade (artigo 596 do CPC) ou, em não os havendo, garanta a execução, sob pena de penhora, com o fim de habilitá-lo(s) à via de embargos à execução para



imprimir, inclusive, discussão sobre a existência ou não da sua responsabilidade executiva secundária.

9 PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO - PJe

A implantação do PJE na Unidade Judiciária ocorreu em 16.04.2015.

Para efeito correccional, foram analisados alguns agrupadores e caixas representativos da movimentação e gerenciamento, pela Secretaria, dos processos que tramitam no meio eletrônico. A análise foi efetuada remotamente em duas oportunidades, nos dias 09.09.2015 e 11.09.2015, com nova verificação na data da inspeção, juntamente com o Diretor de Secretaria. A posição, na data da visita correccional, é a que segue:

Agrupador	Subpastas	Quantidade de Processos	Mais antigo	Data
Processos c/petições avulsas	-	26	20065.47.2015	22.06.2015
C/pedido de tutela não apreciados	-	20	20115.73.2015	01.06.2015
C/petições não apreciadas	-	351	20040.34.2015 20032.57.2015	15.06.2015
c/habilitações não lidas	-	158	-	16.09.2015
Mandados devolvidos OJ	-	50	-	16.09.2015
Pasta	Subpastas	Quantidade de Processos	Mais antigo	Data
Aguardando cumprimento prov	Por semana	27	03 na subpasta '20 a 24.7'	16.09.2015
Aguardando cumprimento exec.	-	-	-	16.09.2015
Aguardando cumprimento liq.	-	-	-	16.09.2015
Aguardando ciência	-	-	-	16.09.2015
Aguardando ciência decisão-ConPraz	-	-	-	16.09.2015
Aguardando término dos prazos	-	50	20021.28.2015	05.05.2015
Apreciar urgentes	-	12	20242.11.2015	07.07.2015
Controle manual prazo pós sent.	-	-	-	16.09.2015
Prazos vencidos	Por número final dos processos	21	20055.03.2015 20759.91.2015	11.06.2015
Triagem inicial	-	39	20226.57.2015	02.07.2015
Valor incompatível	-	02	Ambos de 15.09.2015	15.09.2015

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe na data da correição)

Conforme informou o Diretor de Secretaria, a partir de 17.06.2015, com a adesão de parte dos servidores ao movimento grevista, apenas dois servidores permaneceram executando tarefas no PJe (em períodos de normalidade, as tarefas são divididas entre cinco servidores, por numeração final dos processos). Em razão disso, verificou-se alguns lapsos na movimentação dos processos.



Relativamente à designação de audiências iniciais, a Unidade foi orientada a observar o teor do art 1º da Recomendação nº 01 de 30.01.2014 da Corregedoria (brevidade na designação da audiência para oferecimento de contestação conciliação e designação das provas necessárias, nos termos em que previsto nos arts. 843 e seguintes da CLT).

Reiterou-se ao Diretor de Secretaria a necessidade de gerenciamento e verificação constante dos agrupadores para melhor controle da movimentação processual. A manutenção de processos já analisados nos agrupadores distorce, de forma desfavorável, a visibilidade e avaliação da real situação do trâmite dos processos da Unidade no meio eletrônico.

10 SERVIÇO DE APOIO TEMPORÁRIO – SAT

Conforme o cronograma estabelecido por esta Corregedoria Regional, verificou-se que tanto a Secretaria da 2ª Vara do Trabalho de Bagé quanto a do Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Dom Pedrito **não requereram** a atuação da equipe do Serviço de Apoio Temporário – SAT durante o período correccionado.

11 CONSIDERAÇÕES SOBRE A UNIDADE

A movimentação processual da unidade registrada no banco de dados do sistema *eGestão* indica tendência de aumento no acervo de processos desde 2013 até o primeiro semestre de 2015. No que respeita ao tempo de tramitação processual, é a fase de conhecimento que se destaca, na medida em que prazo médio de tramitação permanece abaixo do parâmetro regional desde 2014. Na fase de liquidação, foram apurados lapsos acima das médias regionais, o que também ocorre na fase de liquidação. A propósito, foi esclarecido pelo Diretor de Secretaria que as referidas fases sofrem o impacto do grande número de demandas contra a empresa CEEE e também dos procedimentos específicos que são adotados nas execuções movidas contra a Universidade da Região da Campanha – nesses casos, a executada disponibiliza depósitos judiciais cujos valores são divididos e repassados para as diversas execuções contra a Universidade.

Notou-se o excelente grau de comprometimento e organização do Diretor de Secretaria Abdel Lattif Adbel Nasser Furtado Ali, sobretudo nos últimos meses em que a adesão de servidores ao movimento grevista foi muito significativo na unidade, como já relatado na apreensão das rotinas da secretaria. Como informado pelo Diretor, movimento e demanda na unidade nunca diminuiu, pois os advogados da região são muito atuantes. Ainda, assim, foi possível expedir mais de 600 (seiscentos) alvarás desde o início da greve. Foi observado ao Diretor a importância de manter-se atualizada a inserção e retirada de devedores no BNDT naquelas execuções já encerradas definitivamente, assim como ponderada a possibilidade de adotar-se procedimentos que possam tornar mais célere a fase de liquidação.

De qualquer forma, o cuidado e responsabilidade com o trabalho na unidade, por parte de todos, é perceptível ao proceder-se o exame dos processos físicos na Corregedoria. A análise revelou majoritária ausência de lapsos nos



processos, o que deve ser louvado, ainda mais se considerada a duração e adesão de servidores ao movimento grevista.

O Juiz Titular André Vasconcellos Vieira esteve presente, mostrou-se comprometido com a jurisdição e apresentou excelente produtividade, tendo apresentado apenas 2 (dois) processos conclusos para decisão além do prazo legal.

Ao final da correição, a Corregedora possibilitou a todos os presentes que se manifestassem, e, não tendo havido manifestação, parabenizou a todos os presentes pelos resultados obtidos pela unidade, assim como pelo comprometimento na execução de suas atividades.

12 RECOMENDAÇÕES

ITEM 5.3.1 - Meta CNJ 1/2015

Recomenda-se à Unidade Judiciária que adote as medidas necessárias para o cumprimento dessa meta, considerando-se que o número de processos solucionados em 2014 foi inferior ao número de processos distribuídos no mesmo período (item 5.2.1), de forma que a meta CNJ 1/2014 não foi cumprida pela Unidade Judiciária, e que os dados apurados até 31.07.2015 apontam tendência de não cumprimento da meta do presente ano.

ITEM 5.3.3 - Meta CNJ 5 - 2015

Recomenda-se à Unidade Judiciária que envide esforços no arquivamento definitivo do maior número de execuções possível, sugerindo-se incremento na marcação de audiências para tentativa de conciliação, bem como a utilização dos convênios disponibilizados por este TRT4 (Bacen Jud, HOD, Infojud, RENAJUD, JUCERGS, CEEE, INFOSEG, etc.) a fim de simplificar os atos processuais da fase de execução. Recomenda-se ainda que sejam tomadas providências para que a revisão final do processo e o seu arquivamento definitivo sejam rotinas prioritárias da Unidade Judiciária.

ITEM 6.3 - PRAZO MÉDIO AUDIÊNCIAS INICIAIS

Recomenda-se que, quando da organização da pauta de audiências, a Unidade adote as providências necessárias para que não seja excedido o lapso de 180 dias para o encerramento da instrução desde a realização da audiência inicial.

13 DETERMINAÇÕES

ITEM 3.4.3. - Banco Nacional de Devedores Trabalhistas

Determina-se que a Unidade Judiciária:

a) efetue a devida anotação quando houver garantia da execução (por depósito, bloqueio de numerário ou penhora de bens suficientes devidamente formalizada) no respectivo campo do sistema informatizado;



b) efetue a exclusão dos devedores do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) **nos processos descritos no item 3.4.3**, com o registro no campo “**quitado**” na respectiva aba do sistema inFOR. Destaca -se que esse procedimento deve ser sempre efetuado com prioridade, nos termos do art. 2º do Provimento Conjunto nº 19, da Presidência e da Corregedoria Regional do TRT4, de 27.12.2011;

c) sempre que determinada a extinção da execução ou o arquivamento dos autos, verifique a situação dos executados em relação ao BNDT, evitando, assim, as situações descritas no item 3.4.3.

ITEM 3.5 - Incidentes Processuais

Determina-se que a Unidade Judiciária, a fim de sanar as distorções estatísticas verificadas:

a) efetue a exclusão do andamento informatizado “petição protocolada – 290 Embargos de Declaração – oposição – RDA”, datado de 26.09.2014, seguida pelo lançamento dos andamentos “petição protocolada – 280 Embargos à Execução/Penhora – apresentação – RDA” (retroativo a 26.09.2014), “conclusos para despacho/decisão – embargos à execução/penhora” (retroativo a 23.10.2014) e “decisão em incidente processual - Embargos à execução/penhora improcedentes” (retroativo a 26.09.2014);

b) efetue o lançamento dos andamentos informatizados, com data retroativa a 30.08.2013, relativos à conclusão para julgamento dos embargos à execução apresentados pela parte ré e da decisão que deixou de receber o referido incidente processual no processo nº 0106400-79.2009.5.04.0812;

c) efetue o lançamento dos andamentos informatizados, com data retroativa a 22.05.2014, relativos à conclusão para julgamento da exceção de pré-executividade apresentada pela parte ré e da decisão que acolheu em parte o referido incidente processual no processo nº 0000257-95.2011.5.04.0812.

Além disso, recomenda-se que, periodicamente, sejam consultadas as tabelas do sistema e-Gestão para verificação dos incidentes processuais há mais de seis meses pendentes de decisão, com correção dos andamentos informatizados, quando for o caso.

ITEM 6.7 - SENTENÇAS COM PRAZO EXCEDIDO

Determina-se que os Juízes Titular **André Vasconcellos Vieira** e Substituta lotada **Marcele Cruz Lanot Antoniazzi** profiram as sentenças nos processos conclusos há mais de 50 dias, listados no item 6.7 deste relatório correcional, com a maior brevidade possível, devendo ser observada a cronologia da data de conclusão, priorizando aqueles há mais tempo pendentes de julgamento.



ITENS 7.1.10.1, 7.1.10.2, 7.2.10.1 E 7.2.10.2 – ADVOGADOS E PERITOS – CARGAS VENCIDAS HÁ MAIS DE 10 DIAS

Determina-se a cobrança dos autos com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, listados nos itens 7.1.10.1, 7.1.10.2, 7.2.10.1 e 7.2.10.2 deste relatório correcional, bem como a redução do lapso para esse fim, em cumprimento ao disposto no art. 51, § 1º, da CPCR.

ITEM 7.1.10.3 - MANDADOS – PRAZOS VENCIDOS HÁ MAIS DE 10 DIAS

Determina-se a cobrança pela Secretaria da Vara do Trabalho do mandado 812-00766, processo nº 150001021-76.2014.5.04.0812, com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, em cumprimento ao disposto no art. 51, § 1º, da CPCR.

ITEM 8.1 - ANÁLISE DOS PROCESSOS FÍSICOS NA 2ª VARA DO TRABALHO DE BAGÉ

Determina-se que a Secretaria da Vara do Trabalho:

- a) adote o procedimento correto quanto à inutilização de folhas em branco, consoante o art. 71 da CPCR;
- b) objetivando a certeza dos atos processuais, observe a correta elaboração de termos e certidões, de maneira legível, fazendo constar a data (art. 148 da CPCR e art. 58 da CPCG) e evitando lacunas e espaços em branco (art. 171 do CPC), certificando-se, ainda, de que estejam devidamente assinados e identificado o signatário (art. 150 da CPCR e arts. 57 e 58 da CPCG);
- c) atente para os prazos previstos para a prática dos atos processuais e cumprindo as determinações contidas nos despachos, conforme determina o art. 190 do CPC;
- d) retire, periodicamente, listagem de processos sem movimentação processual há mais de 90 dias para que se evitem situações similares àquela verificada no processo nº 0000657-12.2011.5.04.0812;
- e) cumpra a determinação do art. 73, § 1º, da CPCR, quando da abertura de novos volumes em autos que retornaram de instâncias superiores.

8.2.1 - IRREGULARIDADES NOS ANDAMENTOS NO INFOR DA 2ª VARA DO TRABALHO DE BAGÉ

Determina-se que a Secretaria da Vara do Trabalho regularize, com a maior brevidade possível, a listagem dos **1.398 processos parados** há mais de 30 dias no Sistema Infor (excetuados aqueles que estão em situação regular), principalmente **dando impulso processual à tramitação e atualizando todos os andamentos irregulares**, bem como a redução do lapso para tal fim, nos processos exemplificados no item 8.2.1 deste Relatório Correcional (nº 0129000-65.2007.5.04.0812, nº 0203200-14.2005.5.04.0812, nº 0000174-



16.2010.5.04.0812, nº 0000966-28.2014.5.04.0812, nº 0000392-73.2012.5.04.0812, nº 0001069-35.2014.5.04.0812, nº 0049000-10.2009.5.04.0812, nº 0001000-47.2007.5.04.0812 e nº 0000004-68.2015.5.04.0812) e em todos que estejam em situação similar.

8.2.2 - IRREGULARIDADES NOS ANDAMENTOS NO INFOR POSTO AVANÇADO DA JUSTIÇA DO TRABALHO DE DOM PEDRITO

Determina-se que a Secretaria do Posto Avançado regularize, com a maior brevidade possível, a listagem dos **73 processos parados** há mais de 30 dias no Sistema Infor (excetuados aqueles que estão em situação regular), principalmente **dando impulso processual à tramitação e atualizando todos os andamentos irregulares**, bem como a redução do lapso para tal fim, nos processos exemplificados no item 8.2.2 deste Relatório Correccional (nº 0010107-71.2014.5.04.0812, nº 0127500-61.2007.5.04.0812, nº 0010040-43.2013.5.04.0812, nº 0010094-77.2011.5.04.0812, nº 0051400-02.2006.5.04.0812, nº 0010031-52.2011.5.04.0812, nº 0010049-73.2011.5.04.0812, nº 0010094-72.2014.5.04.0812, nº 0080000-62.2008.5.04.0812 e nº 0010010-71.2014.5.04.0812) e em todos que estejam em situação similar.

14 PRESENCAS

Além do tempo destinado à conclusão da inspeção e ao contato direto com o Juiz Titular, o Diretor de Secretaria, o Assistente-Chefe e os servidores da Unidade Judiciária, a Corregedora Regional esteve, nos dias 15 e 16.09.2015, nas sedes do Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Dom Pedrito, das 16h às 17h do dia 15, e da 1ª Vara do Trabalho de Bagé, das 10h às 11h do dia 16, à disposição das partes, dos advogados, dos peritos e de quaisquer interessados para tratarem de questões referentes a essa Unidade Judiciária. Compareceram, no Posto Avançado de Dom Pedrito, os advogados Luís Augusto Gonçalves e Sandra Denise Bálsamo, respectivamente Presidente da Seccional da OAB local e advogada que auxilia na organização e atuação da entidade junto à Justiça do Trabalho em Dom Pedrito, que expressaram apenas elogios ao atendimento dispensado pela equipe de servidores da unidade. Na 1ª Vara do Trabalho de Bagé, compareceram, como representantes da Seccional da OAB da cidade de Bagé, o Vice-Presidente Marcelo Godinho Marinho, o Secretário Geral Miguel Pereira, o Tesoureiro Nelvandes Alves e o Conselheiro e Ouvidor em relação à Justiça do Trabalho Dr. José Roberto Magrini; expressaram à Corregedora sua preocupação quanto à recuperação do trabalho na unidade após o retorno dos servidores do movimento grevista e o eventual acúmulo de notificações. Também foram recebidos pela Corregedora os procuradores da Universidade da Região da Campanha Álvaro Meira Peru e Luís Carlos Pierucci, que ressaltaram a importância da manutenção da reunião das execuções contra a entidade que tramita junto ao JACEP. A Corregedora atendeu, ainda, o Sr. Guilherme Dias Rodrigues, demandante na ação 008800-93.2008.5.04.0701 que tramita na 1ª Vara de Santa Maria, acompanhado de sua cônjuge Maria Assunção Bedert



Borges Rodrigues, que manifestou sua preocupação com a dificuldade relatada por servidor daquela unidade em expedir alvará, situação essa que estaria pendente de cumprimento por prazo que não considera razoável; a Corregedora tomou ciência dos fatos, informou-se acerca do andamento do processo e comprometeu-se com a parte a buscar solução da dificuldade relatada.

15 PRAZO PARA RESPOSTA

O Diretor de Secretaria e o Assistente-Chefe deverão cientificar os servidores lotados na Unidade Judiciária das recomendações e das determinações contidas neste Relatório de Inspeção, estabelecendo-se o prazo de 30 dias para comunicação pormenorizada à Assessoria Jurídica da Corregedoria sobre a adoção das medidas necessárias ao integral suprimento de cada uma das inconsistências detectadas, inclusive quanto a cada um dos processos especificados.

16 ENCERRAMENTO

Registra-se a cordialidade dispensada pelo Juiz Titular André Vasconcellos Vieira, pelo Diretor de Secretaria Abdel Latiff Abdel Nasser Furtado Ali, pelo Assistente-Chefe João Mauri da Luz Ferreira e pelos servidores presentes na Unidade Judiciária, prestando importante colaboração para o bom encaminhamento da inspeção correcional. E, para os devidos fins, é por mim, Rodrigo Velleda Lazaro da Silva, Assessor Jurídico da Corregedoria, lavrado o presente Relatório, que é assinado pela Corregedora Regional.

**Beatriz Renck
Corregedora Regional**